



## A ASCESE COMO VOCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES ENTRE A ASCESE EXTRAMUNDANA MEDIEVAL E A ASCESE INTRAMUNDANA PURITANA

Pablo Gatt Albuquerque de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo buscará compreender por meio das obras de Jacques Le Goff, *O homem medieval* e de Max Weber, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, as condutas de vida pregadas pelas ascèses de vertente extramundana e intramundana, assim como suas demais características. Uma vez explanadas distintas características e igualdades, examinaremos a visão que cada ascese dispunha em relação as questões voltadas para a vocação, a salvação, o trabalho e ao lucro, levando-se em conta o contexto social e histórico que permeou a ascese extramundana e intramundana, respectivamente o período medieval e o moderno, principalmente no que tange os calvinistas de vertente puritana. Ressalta-se aqui que *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, embora tenha sido escrita por um sociólogo, analisarem-na através do viés histórico-religioso, dando-nos uma maior elucidação acerca da conduta de vida emanada pela ascese intramundana.

**Palavras-chave:** Ascese extramundana; Ascese intramundana; Calvinismo.

A desmagificação do mundo possibilitada pela racionalização que ocorreu no Ocidente moderno, ocasionou um desencantamento religioso promovido pelos puritanos. Os membros dessa vertente religiosa, pautados da ascese intramundana, ao aceitaram certas normas e condutas de vida, promoveram a valorização do trabalho mundano como um dos mais elevados sinais da eleição divina e uma recusa aos meios sacramentalistas para obtenção da salvação, uma vez que o destino desses homens já estava predestinado, segundo a religião calvinista. Em contrapartida, durante a Idade Média e anteriormente, encontramos outra prática ascética, entendida como ascese extramundana, restrita e optativa a uma pequena parcela elitizada da sociedade, ao analisa-la, nos esbarramos novamente com ordenações e condutas de vida, porém tais práticas ascéticas foram distintas em ambos os períodos no que tange suas visões em relação a salvação, aos seus adeptos, a vocação, ao trabalho e ao lucro.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Medieval pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [Gattpablo@gmail.com](mailto:Gattpablo@gmail.com); O presente artigo fora inspirado pela comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante, discutido na disciplina Cultura na Modernidade ofertada pelo Programa. Orientado pelo Professor Doutor Marcus Baccega.

A estes períodos nos deparamos com incitações de praxes a serem seguidas, ambas com o intuito da salvação, advindas dos discursos religiosos, sejam eles calvinistas puritanos ou católicos. Em relação a Idade Média temos uma ascese de caráter extramundana, restrita a pequena parcela monástica e dispomos de um discurso religioso em que encontramos a constante pregação de normas a serem acolhidas, uma vez que os homens medievais viviam em constantes tentações a realizações de atos pecaminosos. A importância da ascese extramundana praticada pelos monges era tida como essencial para a manutenção da sociedade, uma vez que a salvação dos outros e de si mesmos, era buscada nas orações e práticas ascéticas desses homens. Em relação a modernidade, encontramos a ascese intramundana, destinada agora não mais a uma pequena parcela constituinte do monacato, mas a todos os homens e mulheres adeptos a religião.

Como característica do calvinismo, temos o trabalho como um dos mais evidentes sinais da eleição divina, uma ética baseada no valor da profissão, em que a ascese monástica fora substituída pelas profissões mundanas, transbordando-se os limites dos mosteiros, passando agora a abranger toda a vida cotidiana. O acúmulo da riqueza passa a ser uma obrigação moral, sempre com o intuito de agradar a Deus e com a aplicação dessa riqueza na multiplicação, glorificação e exaltação dos princípios de Deus, já que anteriormente, segundo Tomás de Aquino, o comércio era tido como vergonhoso, pertencente a esfera da vida material, não tendo relação nenhuma com a salvação ou com a esfera espiritual. Contudo, segundo Jacques Le Goff em sua obra, *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente* de 1977, nos conta que no século XIII ocorreu o ressurgimento urbano e comercial, porém a valorização do trabalho apenas fora valorizada com os protestantes.

Mediante a essa questão do ascetismo intramundano em que lucro era destinado em prol da magnificação de Deus e tinha-se a constante elevação do trabalho mundano, Max Weber em sua obra *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (2004), vê nos adeptos do ascetismo intramundano, uma base que dará suporte ao capitalismo moderno. Gostaríamos de esclarecer que não pretendemos trabalhar o capitalismo nesse artigo como conhecemos hoje, nem colocar os protestantes ou a Reforma Protestante como os inventores do capitalismo moderno, mas sim propiciadores de uma base para o "espírito" do capitalismo uma vez que os calvinistas puritanos eram sujeitos que faziam do trabalho uma forma de santificação e de consagração como sinais da sua eleição. O resultado do trabalho na concretude do lucro não era revertido para uma vida de luxo, antes um viver simples, frugal e distante dos prazeres. Ou seja, tentaram transformar o mundo num mosteiro ambulante, a partir de uma ética e de uma força mental voltada ao propósito maior de glorificar a Deus e demonstrar, por meio da prosperidade, as provas da salvação e da eleição.

Temos então, duas práticas ascéticas em dois períodos históricos com modificações em relação aos meios de se alcançar a eternidade, ou melhor dizendo, a salvação. Seja em relação a Idade Média ou a Modernidade, a questão religiosa continuará sendo analisada como ponto principal e essencial para a realização deste trabalho. Trabalharemos nesse artigo os discursos pregados pelos poderes religiosos de cada época, utilizando respectivamente a obra de Jacques Le Goff, *O homem medieval* (1989) e a obra de Max Weber, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (2004), assim ascetes vinculadas a determinados períodos, elencando suas relações com as questões da vocação, da salvação e o lucro.

Uma vez que ambas as religiões possuem olhares diferentes, desde uma visão sobre o pobre na sociedade, até uma visão distinta sobre o futuro, temos a questão do pecado presente em ambos os períodos, seja no discurso católico em que Pecado Original fora herdado de nossos primeiros pais, pois uma vez que o homem pecou passou a ser condenado a uma vida de sofrimento, em contrapartida, temos na sociedade calvinista a perda de tempo e dinheiro como resultados possível do pecado.

As concepções de negação do homem foram deixadas cada vez mais para trás, porém, a questão da salvação continuou em voga. O homem medieval por excelência procura nas penitências a sua salvação enquanto os reformados a salvação advêm pela fé, sem as penitências e os sacramentos. Encontramos durante a Idade Média a dualidade entre o pecador e o não pecador, o clérigo e o leigo, o asceta e o mundano, enquanto para os adeptos do calvinismo puritano segundo Weber (2004), temos a incessante busca pela comprovação do homem como um não pecador, um asceta mundano por dever, que busca no lucro a exaltação de Deus na terra.

Embora Jacques Le Goff (1989), utilize o termo classe para definir esses grupos sociais existente durante a Idade Média, gostaríamos de optar pela classificação desses grupos denominando-os por estamentos ou até mesmo parcelas sociais. Uma vez que não podemos retirar o homem medieval do seu contexto histórico, encontramos a questão da religião legitimadora do seu cotidiano. Ainda em Le Goff, a sociedade do período era extremamente hierarquizada, fazendo com que o meio social fosse hierarquicamente definido de acordo com o seu estamento.

O dever do homem medieval era permanecer onde Deus o tinha colocado. Elevar- -se era sinal de orgulho, baixar era um pecado vergonhoso. Era necessário respeitar a organização da sociedade pretendida por Deus e essa organização estava de acordo com o princípio da hierarquia. (LE GOFF, 1989, p. 29).

A sociedade medieval fora hierárquica e regulada rigidamente. Embora a hierarquização abordada por Le Goff (1989), seja um pouco generalista, ao dividi-la entre os que rezam, os

que combatem e os que trabalham,<sup>2</sup> encontramos categorias sociais fora destas funções, como por exemplo, os mercadores e os que vivem à margem da sociedade, como judeus ou pagãos. Durante os séculos XI e XII, podemos enquadrar os mercadores a essa margem social colocando-os como subordinados devido a predominância da hierarquização tradicional.<sup>3</sup> Acima dos mercadores encontramos os pertencentes ao mais baixo estamento, como é o caso do camponês, que perante a sociedade estamental, colocado em sua função por ordenamento divino, possibilitava a existência dos demais grupos, pois o seu trabalho era fundamental para a manutenção da sociedade assim como era o trabalho de oração e recitação das escritas pelos monges, que objetivava a salvação do corpo social.

Privilegiados nessa divisão estamental, a parcela dos *oratores* ou conhecidos como os que oram, eram homens que detinham todo o conhecimento intelectual produzido em sociedade. Os mosteiros propiciavam benefícios religiosos, culturais e sociais aos quais muitos homens estavam privados, segundo Le Goff (1989). Pertencentes a uma pequena parcela elitizada da sociedade medieval, os monges ou os *oratores* eram encontrados e recrutados desde muito jovens entre as famílias nobres. A aceitação dessa função deveria vir de bom grado, nunca forçados a servirem a Deus e dedicarem toda a sua vida aos votos de castidade e ascetismo.

O século XII fora tido como o apogeu da expansão monástica. Os monges medievais inspirados nos Pais da Igreja e na vida que levaram os apóstolos de Jesus, adotaram o estilo de vida pautado na ascese extramundana juntamente com a renúncia material, o enclausuramento, o abandono da família e o celibato, pilares que asseguravam a comunidade monástica.

A cultura monástica reduzia a vida desses homens aos ditames religiosos com o intuito de justificar a opção ao qual fizeram. Os mosteiros eram tidos como os centros de transmissões dessa cultura, como ilhas em que se ignorava o que não era necessário para a vida dos homens destinados àquela vocação. Eram nesses mosteiros que se encontravam o centro de oração e da ascese, onde os monges destinavam todos os seus esforços e concentrações a salvação da sociedade. “A teologia medieval identificava a Igreja romana com o Reino de Deus. [...] Ela [a igreja] seria o Reino de Deus e quem estivesse fora do Reino seria considerado alguém fora da comunhão dos salvos” (WESTPHAL, 2013, p. 81). Nota-se nessa sociedade medieval uma coletividade no que tange os homens e a sua salvação, uma vez que na sociedade calvinista puritana a questão da individualização estará cada vez mais acentuada, principalmente em relação a salvação.

---

<sup>2</sup> Por trabalhadores entende-se camponeses ou artesãos, uma vez que a sociedade medieval anteriormente ao ressurgimento urbano a maioria da população residia no campo e vivia do trabalho rural, era uma sociedade predominada pela subsistência.

<sup>3</sup> Trabalhamos nesse artigo o ressurgimento urbano e mercantil apenas após o ano mil, uma vez que esse renascimento comercial tem o seu apogeu no século XIII.

Adeptos da ascese extramundana, esses monges levavam as suas vidas despojadas de quaisquer bens materiais em que a fuga e o abandono do mundo terreno uma vez aceitos não poderiam voltar atrás, pois a vida monástica se constitui na fidelidade ao ascetismo e na irreversibilidade ao mundo em que adentrou. A renúncia do mundo e a pobreza voluntária eram tidas como primórdios essenciais da ascese extramundana, fato que não encontramos na ascese de caráter intramundana, já que a riqueza para a exaltação de Deus nesse mundo foram um dos pilares fundamentais da religião calvinista.

Desejo de Deus, desejo de cheirar e saborear antecipadamente as coisas eternas, a opção monástica reclama uma relação privilegiada com o absoluto. A divisa é a renúncia ao mundo, a tudo o que é transitório, é a eleição da «pobreza voluntária» como expressão da *sequela Christi*. (LE GOFF, 1989, p. 48)

Como um local de penitência e confissão tais mosteiros eram os lares dos ascetas extramundanos, eram os centros religiosos de orações. Para os leigos, fora com o Concílio de Latrão em 1215 em que a confissão passou a ser obrigatória pelo menos uma vez ao ano, acarretando para a vida desses homens comuns o cumprimento de determinadas penitências. Durante os séculos XI e XIII o mosteiro de Cluny fora os mais influentes em toda a Europa Ocidental, sendo entre esses séculos que ocorreu a expansão dos mosteiros. Pautados na negatividade de todas as condições humanas que não fossem adeptas do ascetismo extramundano, a superioridade da alma sobre o corpo vinha a prevalecer no imaginário desses homens. O futuro para o medieval era indefinido e podia vir a qualquer momento, sendo assim, o ascetismo extramundano era o caminho correto de se alcançar a salvação, pois mesmo que a salvação era incerta para todos os homens da sociedade medieval, os mosteiros eram as principais vias para obter-se-á a salvação, através do isolamento do mundo e da renúncia de todos os bens materiais.

Mas o abismo entre o céu e a terra permanecia preenchido sem o preâmbulo do paraíso que o cenóbio oferece à vivência histórica dos homens: a quem lá entra, para o iniciar, nesta vida, no gozo das alegrias da vida futura e a quem fica de fora, para lhe dar a possibilidade — graças à relação concreta que pode estabelecer com os que tiveram a graça e o mérito de optar pela vida monástica — de ter, apesar de tudo, esperança na salvação futura. O mosteiro é o lugar privilegiado onde a vida terrena e a vida celestial se associam quase sem solução de continuidade, assegurando aos seus habitantes a passagem de uma para a outra que, de outra forma, seria perigosa e incerta, mas é igualmente o local onde as orações de quem nele habita podem garantir ajuda e apoio a todos os que fizeram algo para os merecerem, embora vivam no mundo. (LE GOFF, 1989, p. 44)

A eleição monástica ou a vocação era destinada a uma pequena parcela em que escapava a grande população medieval. Essa vocação religiosa corresponde a necessidade de salvação de outrem, pois esses monges ascetas extramundanos realizam a oração, a intercessão e a caridade para os que não foram convocados a esse chamado, uma vez que a divisão hierarquizada e rígida da sociedade medieval destinava condutas e funções de vida

distintas para cada estamento, porém todos esses estamentos tinham algo em comum, o cumprimento dos mandamentos e da palavra de Deus na terra.

Do mesmo modo, aqueles que «se dedicam aos negócios mundanos» devem estar conscientes de que têm necessidade da oração dos «homens espirituais», «para não correrem o risco, oprimidos como estão entre as delícias, as angústias e os inumeráveis perigos da vida presente, de ficar privados da glória da salvação eterna». (LE GOFF, 1989, p. 50)

Esses ascetas extramundanos fogem por meio da clausura da desordem, da violência e dos pecados propiciados pela sociedade civil. Embora as suas guerras situam-se no combate incessante contra o demônio, no monacato encontramos a segurança com Deus, sendo os únicos cristãos por excelência e verdadeiros. Suas orações, penitências, ascetismo e renúncia de todo o bem material propiciam a sociedade um futuro melhor, um futuro incerto, porém destinado a salvação àqueles que seguem as condutas de vida propagado pelo discurso católico medieval, devido à questão escatológica e apocalíptica que integrava esse imaginário.

A contradição esteve presente durante toda a Idade Média, como fora no caso da figura do mercador, uma vez que havia a necessidade de artigos que não podiam ser produzidos localmente, pois o espírito econômico medieval era o da economia natural. Em relação ao lucro, como mencionado, o mercado estaria a margem da sociedade medieval. Embora no livro de Le Goff (1989) encontramos a passagem de que o mesmo deva sempre devolver uma parte do seu lucro para Deus, em contrapartida, localizamos na vertente puritana da religião calvinista a total entrega do lucro para a exaltação e multiplicação dos feitos de Deus, uma vez que na sociedade medieval os padres da Igreja rejeitavam o comércio lucrativo, classificando como uma atividade impura e desonesta, como nos exemplifica Weber:

Para se impor, o espírito capitalista no sentido que até agora emprestamos a esse conceito, teve de travar duro combate contra um mundo de forças hostis. A uma disposição como a que se expressa nas passagens citadas de Benjamin Franklin e que obteve o aplauso de todo um povo teria sido proscrita tanto na Antigüidade quanto na Idade Média, tanto como expressão da mais sórdida avareza quanto como uma disposição simplesmente indigna, e ainda hoje essa suspeita normalmente se verifica entre aqueles grupos sociais menos envolvidos na economia capitalista especificamente moderna ou a ela menos adaptados. (WEBER, 2004, p. 49)

Devemos ter em mente que o conceito de capitalismo utilizado para este trabalho não está ligado ao qual conhecemos hoje. O trecho de Weber serve para nos mostrar como eram vistas pelos padres da Igreja as práticas de comércio durante o período medieval, mudando-se a visão gradualmente sobre o comércio posteriormente ao século XIII, com o aparecimento do fluxo urbano, com as cidades tornando-se centros econômicos e em que a questão do dinheiro passa a fazer parte da vida e da mentalidade dos homens medievais.

Negando-se todos os bens, lucros, cargos e aspectos proveniente do mundo material e vivendo pelo ascetismo extramundano, o monge medieval é o mais habilitado para se tornar

um santo no futuro. Símbolo de maior exaltação pois fora um homem ao qual seguiu as palavras de Deus, o monge medieval, convocado por Deus entre uma pequena parcela social, disposto de bom grado a aceitar o monacato, tem a função de regulamentação da sociedade através de suas orações e práticas ascéticas, garantindo a manutenção social.

O calvinismo puritano, que surgiu na Inglaterra depois da Reforma por uma comunidade de protestante radicais e rígidos em seus costumes, principalmente em relação ao comportamento sexual, deu ao trabalho mundano uma conotação que anteriormente não dispunha, acarretando para os adeptos dessa religião um ascetismo intramundano, sendo esse ascético intramundano o prático do dia-a-dia. Agora visto um meio para se constatar a eleição, juntamente com uma ética de vida regrada e religiosa, esse ascetismo trouxe pela ação do trabalho os meios aos quais os homens modernos comprovam a sua salvação, realizando-o de forma incansavelmente sempre com o intuito de agradar a Deus perante os lucros e o cumprimento dos deveres intramundanos, pautando a certeza de sua salvação na justificação e dedicação do trabalho diário. Os ascetas intramundanos adotaram uma postura de negação e rejeição ao mundo, porém procuraram no plano terreno os sinais das eleições de suas salvações.

Passando-se a ser visto como uma atividade religiosa, o trabalho mundano está diretamente ligado a ascese intramundana, uma vez que condutas de vida continuavam a ser emanadas pelas asceses, sejam elas extramundana ou intramundana. Max Weber em sua obra, *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (2004), vê na doutrina protestante a chave para explicar a base para o surgimento do capitalismo moderno, segundo Furtado (2013, p. 54), uma vez que esse "espírito" do capitalismo veio a ser sentido na modernidade. Fora na religião protestante, em especial entre os calvinistas puritanos, que Weber conseguiu enxergar esse "espírito" do capitalismo através das educações que recebiam e nas práticas ascéticas que adotaram. Eram esses ascéticos intramundanos "negociantes (camada que compõe o protestantismo ascético) que tendem para um racionalismo de caráter prático" (SELL, 2013).

Weber, brilhante sociólogo, dedicou-se aos estudos da religião e das condutas dos homens em sociedade, sendo que através do mesmo que obtemos diagnósticos precisos acerca da modernidade nascente. Arruda (2013) nos esclarece que Weber não quer explicar a economia pela religião e sim a conduta dos homens dentro de um quadro geral ao qual fazem a existência dos dogmas religiosos como essenciais, possibilitando a Weber a compreensão desses homens. A racionalização do mundo promovida pelo etos profissional calvinista entende e aceita o acúmulo de riquezas vinculados a ascese cristã intramundana, uma vez que ainda se pode compreender o mundo ou o homem através de suas negações, como fora o caso medieval, passando-se a compreender a ação mundana através da exaltação, ou seja, o trabalho, obtendo-se a permissão para a elevação das atividades mundanas em

prol de Deus, uma vez que o mundo continuava a ser rejeitado. Agora temos a acumulação pautada e assegurada pela doutrina calvinista, de inspiração religiosa. É essa racionalização que promoverá o desencantamento do mundo, assim como propiciará para os adeptos do calvinismo puritano ordenações de vida sociais pautadas pelo viés religioso, como nos mostram Gomes e Magalhães (2008).

Souza (2006) afirma que Weber via nessa racionalização calvinista a pretensão da eliminação a magia do mundo e o fazer reinar a vontade de Deus. O desencantamento do mundo não implicou na extinção da religião, apenas fragmentou a unidade religiosa existente no período medieval. Embora o conceito de desmagificação não tenha sido criado por Weber, “não há como sustentar que a expressão é uma criação ou adaptação exclusivamente weberiana, cabendo ao poeta Schiller o papel de inspirador ou ancestral da ideia” (SELL, 2013).

Carlos Eduardo Sell em sua obra *Max Weber e a racionalização da vida* (2013), coloca a onda puritana como o verdadeiro desenvolvimento progressista da reforma, superando-se os laços mais próximos que haviam entre o luteranismo e o catolicismo. Encontramos nesse “progresso” calvinista a aceitação da riqueza, desde que não leve a ostentação, ao ócio, a tentação da carne ou ao desvio da conduta correta, ou seja, a ascese intramundana. Esses homens dedicavam as suas vidas para o trabalho e para Deus, uma vez que o lucro e o trabalho não eram para o proveito próprio. O que Carlos Eduardo Sell propõe nos mostrar é que o ascetismo extramundano medieval transbordou os limites dos mosteiros, passando-se a abranger todos os homens adeptos da religião calvinista, com o foco agora no mundo terreno e no diário combate as tentações pecaminosas, racionalizando o mundo e as condutas dos homens. Baccega (2017) nos conta que fora com a Reforma Calvinista que ocorreu uma ruptura com o etos sacramental ou ascetismo extramundano, passando-se a adoção do ascetismo intramundano, ou seja, a realização do desencantamento do mundo.

Para os adeptos a esse ascetismo intramundano já não há um objetivo a ser alcançado no plano terreno, como um futuro melhor para os seus filhos, o objetivo primordial buscado encontrava-se na eleição dos sinais de sua salvação mediante aos lucros obtidos pelo trabalho incansável e no cumprimento dos deveres éticos ordenados por Deus. As atividades mundanas tornam-se divinas e corretas. Juntamente com o desencantamento do mundo encontramos como sinais de abandono de uma vida santa o não desejo pela posse material ou o ócio. O trabalho servia justamente para o aumento da glória de Deus no plano terreno, reforçando cada vez mais os sinais da sua vocação. O asceta intramundano executa os mandamentos positivos e divinos no plano terreno, residindo nas ordens racionais do mundo. Esse caráter racional, segundo Carlos Eduardo Sell, só pode ser entendendo “quando observado em função de sua natureza como religião de redenção e de rejeição do mundo.”

(SELL, 2013), assim como uma visão do ascetismo protestantismo como religião de salvação pregará aos seus adeptos a liberação em relação ao sofrimento.

Encontramos na modernidade, nos puritanos, a adoção de uma ascese intramundana que serviu de base para o surgimento do capitalismo moderno. Embora Lutero tenha sido o criador do conceito de vocação (Cardoso, 2013), Calvino trabalha a questão da vocação perante o trabalho como uma via de mão única, pois todos os homens tinham o destino póstumo traçado por Deus, existindo para Deus e dedicando suas vidas para ele, uma vez que a instituição religiosa não concede mais a prática da salvação, residindo nesse ponto a desmagificação do mundo.

Enfim, esse asceta intramundano puritano distanciou-se da salvação pelas boas obras, a sua ascese estava voltada para uma vida inteira e não apenas pequenas e boas obras. O rigorismo puritano esteve presente na adoção das práticas e crenças religiosas enquanto ascético intramundano, pois esse asceta não tem descanso, seu trabalho é diário, para a glória de Deus e não para si. Proveniente desse trabalho esse novo fator econômico estava diretamente ligado a religião, uma religião do trabalho que determinava comportamentos a todos, sendo um dos elementos do “espírito” do capitalismo moderno esse modo metódico de vida, propiciado por razões religiosas, em que o desperdício de tempo e do dinheiro passariam a serem classificados como um dos mais graves atos pecaminosos.

Trabalhamos aqui questões voltadas tanto para a ascese extramundana tanto para a ascese intramundana, respectivamente voltadas ao período medieval e ao moderno, em que as mesmas adotam uma postura de negação do mundo e a objetivação do alcance da salvação aos seus adeptos. Divergindo em certos pontos, no que tange a questão da salvação, do trabalho, da vocação e do lucro, o mundo se dava de distintas formas para os homens de ambos os períodos, contudo, condutas de vidas ainda assim eram emanadas pelos discursos religiosos e eram esperadas a serem seguidas para que houvesse a manutenção da sociedade civil.

Em relação a Idade Média, ficou claro que durante a Alta Idade Média a prática do comércio era tida como desonesta e não aceita pelos Pais da Igreja. A ascese extramundana por sua vez estava voltada apenas para os praticantes do monacato, ou seja, a uma pequena parcela da população, enquanto na modernidade, o ascetismo predominante intramundano esteve destinado a todos os adeptos do calvinismo puritano, já que o mundo era sem sentido e a vocação profissional era um meio de normatização do mundo e de racionalização.

Com o surgimento das cidades o dinheiro aparece na mentalidade do homem medieval, a cidade torna-se então o centro econômico, o coração do mercado, após o século XIII. Com o surgimento do valor do trabalho e do tempo, passou-se a ocorrer a valorização do dinheiro, em contrapartida, a hierarquização tradicional da sociedade medieval ainda vê no trabalho e no lucro aspectos negativos, uma vez que esse trabalho mercantil não era destinado para

todos e sim a uma pequena parcela desprivilegiada de poder social, pois segundo Tomás de Aquino, fora da Itália o mercador continuava a ser mal visto (Weber, 2004).

Buscamos trabalhar que o capitalismo moderno não surgiu com a Reforma Protestante ou com o Calvinismo e sim fora uma coincidência, uma vez que os protestantes eram maioria nos lugares e nos momentos em que o capitalismo surgia e se estabelecia, o “espírito” do capitalismo é dado pela ética protestante, ou seja, pela ascese intramundana.

## Referências

- ARRUDA, Julia Peixoto de Azevedo. *A Modernidade de Max Weber: abordagens sobre o "processo de racionalização" e seus reflexos no direito*. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.
- CARDOSO, Matêus Ramos. *Racionalização e modernidade em Max Weber*. Revista Húmus. São Luís, v.3, n. 9, p.80-100, Set/Out/Nov/Dez. 2013.
- FURTADO, Rafael Nogueira. *Ascese e racionalização: Weber, Foucault eo problema do controle da conduta*. Prometeus. Sergipe, v.6, n. 11, p. 187-205, Jan/Jun. 2013.
- GOMES, José Vitor Lemes; MAGALHÃES, Raul Francisco. *Max Weber e a racionalidade: Religião, Política e Ciência Teoria e Cultura*. Juiz de Fora, v.3, n. 1/2, p.79-92, jan/dez. 2008.
- LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Lisboa: Editora Presença, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Éditions Gallimard, 1977.
- SOUZA, Darli Alves de. *O desencantamento do mundo*. Último Andar: São Paulo, n.15, p.94-100, dezembro, 2006.
- SELL, Carlos Eduardo. *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WESTPHAL, Euler Renato. *Protestantes e católicos: diferenças e semelhanças básicas (uma visão protestante)*. In: DIAS, Zwinglio; PORTELLA, Rodrigo; RODRIGUES, Elisa. (orgs.). *Protestantes, evangélicos e (neo) pentecostais: história, teologias, igrejas e perspectivas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013. p. 73-86.